



**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA.**

REQUERIMENTO nº DE 2017.
(Do Sr. Angelim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a Política Nacional de Ordenamento Territorial.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso III e do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública para debater a Política Nacional de Ordenamento Territorial.

Indico para compor a mesa, como debatedores, as seguintes pessoas:

- Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia - COFECON;
- Eduardo José Monteiro da Costa, Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional do COFECON;
- Marília Steinberger, Docente e Pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília;
- Marcel Bursztyn, Docente e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília;
- Brasilmar Ferreira Nunes, Docente e Pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília;
- Antônio Carlos Filgueira Galvão, Economista do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;
- Representante da Casa Civil da Presidência da República.



JUSTIFICATIVA

No período de 2005 a 2007 o Governo Federal, por meio de um grupo de trabalho composto por doze ministérios e coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Defesa, formulou a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, que resultou numa proposta de projeto de lei encaminhada para a Casa Civil da Presidência da República em meados de 2008. De lá para cá não se verificou nenhum avanço no âmbito do Governo Federal, para que o referido projeto fosse remetido para apreciação do Congresso Nacional.

Atendendo demanda formulada pelo Conselho Federal de Economia – COFECON e por um conjunto de importantes pesquisadores da Universidade de Brasília, tomo a iniciativa de propor a presente Audiência Pública para que possamos retomar o debate tão necessário em torno da formulação de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Para tanto, conto com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2017.

Raimundo ANGELIM
Deputado Federal
PT/AC